

# EUCLIDES E A IDENTIDADE NACIONAL

Nelson Mello e Souza\*(Academia Brasileira de Filosofia-RJ)

Artigo recebido em: 11/11/2009

Aceito para publicação:21/12/2009

## RESUMO

Neste artigo, procura-se entender a importância atribuída a **Os sertões**, único livro de Euclides da Cunha, pela crítica literária e sociológica desde sua publicação (1902) a nossos dias. Os três críticos literários mais famosos da época – Araripe Júnior, José Veríssimo e Sílvio Romero – sublinharam o grande valor da obra: estudo profundo da alma brasileira. Talvez esteja aí, nessa busca da identidade nacional, a chave da profunda sintonia entre a obra e seus leitores.

**Palavras-chave:** **Os sertões**. Identidade Nacional. Araripe Júnior. José Veríssimo. Sílvio Romero.

## ABSTRACT

In this article, an attempt is made to understand the importance given to **Os sertões**, the only book of Euclides da Cunha, both in literary and sociological criticism ever since its publication in 1902 up to the present day. The three most famous literary critics of the age, Araripe Júnior, José Veríssimo e Sílvio Romero, underlined the great value of the masterpiece as a profound study of the Brazilian soul. Maybe it is in this, in the search for a national identity, that the key to the profound closeness between the work and the readers lies.

**Key Words:** **Os sertões**. National Identity. Araripe Júnior. José Veríssimo. Sílvio Romero

---

\*Chanceler da Academia Brasileira de Filosofia. Doutor Notório Saber da Academia Brasileira de Filosofia

Entender a contribuição de Euclides como símbolo de nossa grandeza e monumento de nossa cultura, como o fizeram a crítica literária e sociológica, merece alguma consideração.

Um símbolo de grandeza não pode ter tantas carências. Nem tão insistentes incoerências. Não pode revelar um saber sociológico pobre e pouco, relativamente ao que já se fazia na época em que surgiam Durkheim, Croce, Dilthey, Weber, autores que aparentemente nem o Brasil nem Euclides conheciam. Época da aceitação plena de Nietzsche nome que ainda não nos chegara a pleno. Muito menos, suas obras. Nada significava a não ser um estranho murmúrio alemão. Era ignorado por gente que desdenhava o que não era francês e inglês. Neste período tumultuado firmava-se a literatura filosófica de Jack London, Gide, Conrad, Melville, nomes pouco ou nada conhecidos dos brasileiros, fascinados pelos Goncourt e por Anatole France; de transformações radicais na ciência do homem com a etnologia de Tylor, Marett, Frazer, Ratzel, transformações que todos pareciam desconhecer. Revelando o caráter não previsível da história sócio cultural, estes autores, se estudados, seriam um susto para positivistas científicos do tipo de Euclides. Para não falar da psicologia de Francis Galton, Willelm Wundt e principalmente dos trabalhos de um psicólogo jovem, estudioso do inconsciente, chamado Sigmund Freud. Eram novas concepções que derrubavam o determinismo, até mesmo de sua última barricada, o mundo físico, o que foi logrado com as teses contidas na física quântica de Max Planck. A morte de Spencer, em 1903 pode ser entendida simbolicamente. Foi o fecho de uma Era que tinha no evolucionismo e no determinismo racionalista suas bases de explicação da história. O Brasil, sempre atrasado e mimético, ainda vivia neste mundo ultrapassado. Euclides, como intelectual brasileiro, trabalhava com as premissas deste tipo de mente que se retrata bem na parte inicial do livro de Brito Broca, "A Vida Literária no Brasil – 1900". Pode-se dizer que suas deficiências formativas, não apenas como homem de letras mas como cientista social surgem por todos os lados, como bem exemplificou José Arthur Rios em palestra seminal, proferida nesta mesma Academia Carioca de Letras, sobre a sociologia de Euclides. Ao ter esta ciência elogiada pelos críticos mais famosos de seu tempo, o fato em seu conjunto, expõe a indigência intelectual do Brasil desta época. Tratava-se de uma cultura provinciana, mimética e a-reflexiva. Os "Sertões", com dificuldades para conciliar o mestiço corajoso, tipo que surge em algumas páginas, com o degenerado inútil de outras, revela a debilidade desta intelectualidade ambígua. Por este lado, nada na obra merece tanta exaltação. Tampouco é possível justificar a fama extraordinária do autor como devida à tragédia que envolveu o seu fim. Ao se decidir por um duelo a tiros com um militar que bem sabia ser um perito no manejo das armas, o que fez foi caminhar para o sacrifício consciente. No seu

imenso e doloroso cortejo fúnebre todos puderam reviver o turbilhão psicológico dos dias que antecederam a decisão tomada em absoluto silêncio. As contradições éticas, o nervosismo, quase desespero, a angustia sem fim e a dor sem começo de uma honra que a tradição mandava fosse lavada em sangue. Estava tudo ali, naquele corpo morto. O fato simbolizou a saga heróica das velhas tragédias gregas. Deu à sua vida dimensões de martírio. O fato é triste, mas não sustenta por si mesmo o valor de nenhuma obra nem lhe confere símbolo de grandeza. Acima de tudo Euclides, lembremos, foi escritor de um livro só. Além dos Sertões não escreveu nenhum outro. “À Margem da História” e “Contrastes e Confrontos” são coletâneas de artigos esparsos e pequenos ensaios. Livro mesmo, só “Os Sertões”. Cabe, portanto, indagar a razão de um sucesso que se fez instantâneo e se manteve, seguro, pelos tempos afora. Só podemos concluir que “algo” nele nos tocou. E nos tocou de modo especial e duradouro. A chave pode estar em alguns aspectos abordados pelos três críticos mais famosos da época, José Veríssimo, Araripe Jr. e Silvio Romero. Embora destacando a originalidade de um estilo limpo, agreste, inovador, os três sublinharam ser o valor da obra um estudo profundo da alma brasileira, de nossa difícil identidade mal costurada pela história, devido ao processo formativo de uma cultura dualista, a separar o litoral dos sertões.

Creio que aí, nesta busca pirandelliana de nossa verdadeira identidade, está a chave da profunda sintonia entre a obra e seus leitores. **Os Sertões** resumem a grande saga euclidiana de apresentar o Brasil aos brasileiros. Mesmo porque como relato da guerra não despertaria nenhuma comoção. O tema já havia perdido sua força de vendas. Euclides escreveu cinco anos depois de terminada a epopéia de Canudos. E teve vários predecessores. Na verdade, foi o último dos coetâneos a escrever sobre o assunto. Artur Azevedo, em 97 lançara a peça “O Jagunço”. Em 98, o tema é abordado por Afonso Arinos que publica “Os Jagunços- novela sertaneja”. No mesmo ano de 98 saíram dois trabalhos sobre o episódio, tendo por foco justamente a quarta e última expedição, tema de Euclides: o de Constantino Néri “A Quarta Expedição contra Canudos” e o de Dantas Barreto “A Última Expedição a Canudos”. Logo a seguir, Manuel Benício publica “O Rei dos Jagunços” e no ano do lançamento dos Sertões o Instituto Histórico e Geográfico lança uma memória que havia encomendado, intitulada “A Guerra de Canudos” com a visível intenção de encerrar o assunto com algo documentalmente definitivo. Além de tudo não inovava no que se refere à descrição da sociedade sertaneja, da vida simples do interior, tipo de literatura que os regionalistas vinham divulgando desde uns bons 30 anos, desde o Alencar do “Gaúcho” e do “Sertanejo”, chegando a Bernardo Guimarães, Taunay, Inglês de Souza e Távora. Esta literatura já tinha espaço garantido entre os leitores brasileiros.

Euclides inovou, portanto, no ângulo decisivo acima apontado. Revelou uma sociedade que se auto repelia, carente de identidade. Até a identidade cultural era atingida e comprometida pela distância psicológica que a parte considerada civilizada e autêntica, a do litoral urbano, abria com indisfarçável asco, em relação ao povo inculto e pobre, atrasado e mestiço, especialmente o que habitava o longínquo e semi esquecido interior provinciano.

Sua obra começa bem ajustada ao vazo científico, com julgamentos racistas sobre o jagunço, o mestiço. Pouco a pouco o autor vai sendo envolvido em sua própria dialética negativa. Isola-se em São José do Rio Pardo e gasta três anos em luta consigo mesmo, para completá-la. Ao longo desde tempo, conversa com uns poucos amigos que fez no local, entre eles o dedicado Francisco Escobar que lhe encomenda livros e revistas, o único Escobar leal da literatura brasileira. Reflete longa e largamente sobre os dados do Diário que preparara. Compara posições anteriores com a verdade que presenciara, para culminar completando-a num conjunto de orgulho e confiança neste povo que soube domar os sertões e criar uma nação. Euclides percebe o erro que distorceu o Brasil, envolvendo-o numa “civilização de empréstimo”, expressão que usa.

Propondo nova forma de nos pensar sua obra forneceu as bases sobre as quais seria viável construir nossa identidade cultural e principalmente a nacional. Ao revelar a extensão de nossa ignorância a respeito de nós mesmos, Euclides mostrou haver um Brasil ignoto metido lá por dentro, fora dos olhos do litoral, e este Brasil seria o corpo de nossa história, a alma de nossa vida. Nesta linha, em busca do que afinal nos constitui, valorizou a tradição bandeirante. Para ele estes mamelucos audaciosos construíram um novo tipo humano, criando seres bem adaptados ao meio: o caboclo forte dos vilarejos longínquos, o mestiço rude a domar os matos, o curiboca esperto, o sertanejo do gado, o jagunço do agreste, silencioso e honrado, todos com seus cantos, sua poesia espontânea, seu folclore criativo, suas crenças religiosas, seus costumes de amor e honra.

Denunciou o ar desdenhoso do litoral urbano para com este Brasil profundo e quieto. Apontou neste desdém o produto de uma sociedade cujas idéias lhe chegavam “emaladas em transatlânticos”, como define em *Contrastes e Confrontos*, formando uma personalidade falsa, dentro de um universo cultural pastiche, mesmerizado pela civilização européia. Segundo Euclides, esta gente havia construído instituições copiadas, uma sociedade cujas obras ficavam “pelas cimalthas”, feitas para “inglês ver”.

Tratava-se de fenômeno cuja genealogia se perde nos tempos envolvida pela

divisão radical de uma sociedade escravocrata. O fato é absorvido pela consciência coletiva das elites, de modo natural, como a verdade da vida. E as impede de criar, na dialética da separação, uma verdadeira identidade nacional. Tudo é ainda radicalmente agravado pelo vezo imitativo desta elite, a ânsia de parecer civilizada, o que significava descaso e descrença pela sociedade que era a sua. A certeza de estar lá fora, nos outros, o centro da civilização os tornava débeis, humildes ante o estrangeiro, descrentes de si mesmo, envergonhados de suas carências. O fenômeno agravou-se especialmente com o Império, ao se afirmar civilizado através da imitação basbaque. Em termos de psicologia social representava a certeza da inferioridade. Sentimento que justaposto à distância social que teimavam em abrir entre elite e povo, litoral e sertão, impedia o processo da união espiritual de um povo em torno de sua história.

Firmando-se na diferença ontológica que os distinguia, a “eles”, os civilizados cosmopolitas, do “povo”, construía-se uma psicologia de casta, travestida para uma sociedade de classes. Para isto projetavam uma persona, como se estivessem num teatro metafísico. Falando francês, recebendo em seus salões, vestindo fraque, luvas e cartola no calor dos trópicos, discutindo literatura nos cafés da Rua do Ouvidor, pretendiam ser como em Paris, subjetivamente longe do Brasil.

Não se escapa da verdade. A “Nação Brasileira” não era a síntese impressionista e fácil da rua do Ouvidor. A simbologia da “Rua do Ouvidor” na verdade, não é de Euclides. Fora usada por Coelho Neto no seu romance “A Capital Federal”, mas já estava presente, desde o teatro irreverente de Martins Pena, no inconsciente coletivo dos críticos perspicazes, inconformados com um tipo nativo que surgia por imitação francesa. Euclides dela se apoderou como metáfora para dramatizar o dualismo que impedia a integração psicológica do brasileiro com ele mesmo, dificultando a formação de uma identidade cultural e nacional própria.

A “nação” é conceito que incorpora uma identidade coletiva feita de orgulho e afirmação. Fenômenos inexistentes no Brasil racista e alienado. Atravessamos todo o século XIX completamente fora de foco em relação a ela. Sociologicamente nem havia grupo interno algum capaz de assumir a liderança na construção emotiva de uma identidade nacional. Nas elites dirigentes, neuroticamente travestidas de européias, não havia campo para o surgimento de uma sensibilidade atenta às nossas condições. Não entendiam o Brasil em sua ânsia de serem “francesas”. Davam-se por satisfeitas com um esforço simbólico, a sublinhar o conjunto poético de cores, sabiás e palmeiras, natureza tropical, destacando um índio que fora massacrado, perdera sua cultura própria. Por outro lado, do povo humilde do sertão nem isto seria viável esperar.

Sua sociedade fora construída nos matos, com tipos soltos, isolados em si

mesmo na dura luta pela vida, vencidos pelo infinito da rotina, pobres, além do mais analfabetos. Não seria entre eles que surgiria qualquer visão histórica e coerente de conjunto. Muito menos por ação de um Estado, dirigido por políticos oligárquicos, obcecados pela política do dia a dia.

Vejamos um pouco o contexto para entender melhor a importância dos “Sertões” na luta para fixar nossa identidade.

## II

O Império brasileiro caracterizou-se por três grandes preocupações: manter o regime monocultor de exportação com base no trabalho escravo; defender a coesão do País para evitar o fracionamento das republicas espanholas e formar a identidade nacional como símbolo da união desejada para renegar Portugal. A valorização simbólica do “índio” cumpre este papel. Famílias até mudaram de nome ao tempo do I Império, adotando nomes indígenas, com seus Ubirajaras, Coaracys, Iracemas e Yaras. Enaltecendo o Império todos parecem haver se esquecido da Nação.

Debret, sem o querer, revelou este ponto débil. Na obra dedicada à Coroação reproduz o caráter de simulacro de uma Corte que vivia o dualismo de pretender ser européia no centro dos trópicos quentes e difíceis. O que nela vemos é o imperador que aparece como os reis franceses, envolvido em vestes suntuosas, coroado de ouro, empunhando o cetro do poder, mas cercado por um povo esfarrapado, negros curvados, índios bestificados, militares mal armados e aristocratas falsificados. Os emblemas simbólicos que envolvem a cena não estimulam nenhuma integração ou orgulho nacional. Sua estrutura foi montada para enaltecer a Corte e firmar a separação social e genealógica em relação ao povo submisso e escravo.

Por tudo isto, dos três compromissos do Império, pode-se dizer que logrou os dois primeiros. E falhou no último. A crise do Império, de certa forma, foi uma crise de irresolução. A sociedade, teimando em se manter escravocrata e monocultora, acabou se afastando da civilização possível a ela, dividida por dualismos inconciliáveis. Ao não acompanhar o industrialismo nascente no século XIX, a ciência que avançava com ele e a educação exigida para mantê-lo, o Brasil parou no tempo, firmando-se em seu isolamento. Forjou uma elite intelectual e política de simulacro.

Transplantando formas e instituições, imitando a Europa em modos, estilos de civilização, este Brasil firmou distância cada vez maior em relação ao seu povo humilde, impedindo a formação de uma identidade nacional.

O imperador não teve criatividade nem força para mudar o rumo das coisas. Ele mesmo absorvia os ares da alienação dominante na consciência de todos e

refletida nos debates da Rua do Ouvidor. Como nos diz José Murilo de Carvalho, dirigia-se a suas amantes, entre elas a mulher do senador feito por ele, Francisco Otaviano, em francês. Nos domingos recebia seu admirado embaixador francês, o Conde de Gobineau, racista implacável, descrente do mestiço que somos todos nós para com ele entabular longas conversas, suspeitamente penosas para nosso orgulho de povo miscigenado.

O Império acelerou a criação de dois estilos de comportamento, dois abismos mentais e psicológicos que se confrontavam. E não armou qualquer ponte emotiva entre eles.

A elite foi desgarrando historicamente como um planeta que passa a girar em órbita própria. Fechava-se sobre si mesma em tratamentos diferenciados pelas relações de classe, unindo-se em casamentos, visitas, convívio, respeito mútuo, aprofundando ainda mais a distância social em relação ao povo que dela dependia para tudo.

No fundo, tendo como origem o que a intuição seiscentista de Gregório de Matos já houvera percebido, éramos todos “herdeiros de um Adão de Massapé”. Ao tentarmos negar esta verdade sociológica, pretendendo ser o que não éramos, ambicionando títulos e brações próprios de uma aristocracia guerreira e feudal num país que nunca teve feudalismo e sim um sistema clânico senhorial, revelávamos a paranóia do escape. Uma identidade coletiva autêntica não medra numa situação cultural postiça, sustentada por simulacros.

Amantes de discursos provincianos e barrocos, com o gosto da “retórica reluzente”, como diz Veríssimo, abominando o trabalho real, especialmente o físico esta elite formou tipos humanos bem reproduzidos em Machado de Assis.

Viviam todos de rendas, sinecuras, heranças, a maioria do emprego público os poderosos do trabalho escravo, os espertos das especulações possíveis. Os personagens de Machado não trabalhavam. Eram todos marcados pela vocação do lúdico. A elite brasileira é o que sua obra retrata.

Neste contexto, a crença no Brasil foi sendo reduzida a pouco mais que nada. Parecíamos destinados á mediocridade. Fortaleceu-se a convicção de sermos inferiores. Não tínhamos como emular os estrangeiros brancos, enérgicos e criativos. Nossa sociologia incipiente dedicou-se a explicar a inferioridade não discutida. Aceitou uma ciência definidora da verdade pela análise impressionista do comportamento objetivo. Nutriu-se no determinismo.

Absorver esta ciência foi o ponto fraco de Euclides. A origem de suas contradições. Assimilando a tese das raças inferiores, das circunstâncias tropicais, perdeu-se em perplexidades. O resultado é vagar de um lado para o outro no texto. O caipira passa de um indolente “desfibrado” do início para um tipo enaltecido ao

chegarmos ao fim. Lá estão trechos sobre a “fibra” deste “desfibrado”. A coragem silenciosa e rija que “desarticulava a arte militar”, em sua expressão. Portanto este “forte” era justamente a quem denegria nas descrições do Homem e do Meio, considerando o mestiço “um retrocesso” genético.

São compreensíveis estes desacertos. Euclides surgia como um filho do meio e de sua época. A inteligência brasileira, de modo quase hipnótico, transferia para o plano da fatalidade o que não aceitava ser contingente e histórico.

O Brasil dos 900 ainda vivia a espécie de esquizofrenia que Nabuco sintetiza em “Minha Formação”. Ao sentir-se europeu na alma e brasileiro na carne e na história inviabiliza uma identidade nacional impossível de formar-se nas condições subjetivas que transferem o “eu” brasileiro para o “outro” francês. Transferência que foi a marca da cultura surgida no Império e que atingiu, em ondas alienatórias crescentes, a República dos Coronéis.

Nutria-se a mentira de uma vida cujo sintoma maior era a falsidade travestida de verdade.

### III

Neste contexto, desde os anos 70, de maneira difusa, talvez confusa, iniciada com a geração de Tobias, Clovis Bevilacqua, Silvio Romero, Couto de Magalhães, e outros intelectuais, tentou-se equacionar uma nova forma de ver o Brasil, valorizar a ciência, modernizar as mentes, voltar-se para nossa realidade, envaidecer-se de nossa cultura e de nossa forma de ser.

Rejeitou-se o modelo da “Canção do Exílio”, no qual os símbolos da nacionalidade vinham todos da natureza tropical. Ali estava a palmeira, nossos bosques com mais vida nossa vida mais amores, as noites estreladas, os rios e as cores. Se aliarmos este conjunto idílico à cana, o tabaco e o cacau que Debret exaltou, estamos a projetar uma identidade estético impressionista que nada acrescenta ao orgulho de um povo por não dependerem do trabalho criativo. Não se ajusta à torrente do progresso científico e tecnológico que marcava o final do século XIX.

Euclides da Cunha, nascido em 66, foi representativo deste momento e herdeiro deste movimento. Quando se fez maduro já formado como militar para ser engenheiro, na década dos 90, o problema de nossa identidade vinha sendo recolocado para longe dos sabiás e das palmeiras. Era esforço pequeno e tímido.

Mas era algo. Tentava-se uma busca, a busca do que afinal seria o brasileiro.

Descrevia-se a gente, a fala e os modos do extremo sul, com Simões Lopes Neto, do interior de Minas com Afonso Arinos, passando pelo nordeste com Adolfo Caminha para chegar ao povo solto e desmoralizado da cidade, gente rudimentar

“mas gente de verdade” como classifica Lucia Miguel Pereira. Era gente que vivia e sofria nas páginas do próprio Caminha e principalmente de Aluisio de Azevedo.

Os novos intelectuais tentavam confrontar o idealismo sociologicamente vazio com o solo, a vida e a luta do Brasil estranho, dividido, desunido.

A República que Euclides tanto defendeu acabou ajudando a dividir regionalmente o país ao invés de integrá-lo. As pátrias que surgiam nos debates e conversas, construíam-se sobre regionalismos. Era a pátria paulista, a mineira, a pernambucana. Não era a brasileira.

Para esta República, que nascera copiando a constituição norte americana e que pouco entendia de Brasil, o movimento que agitava o Arraial de Canudos aparecia como mais um esforço articulado para a defesa do saudosismo monárquico.

O governo vinha sendo batido pelos jagunços. Desde a primeira expedição até a última, só derrotas. O fato perturbador agitou a mídia, o Governo, as massas, a opinião das cidades. Armamento e treinamento não logravam a vitória sobre um bando de jagunços miseráveis. Como explicar ?

Euclides, à época, era jornalista. Escrevia para “ O Estado de São Paulo”. O confronto armado foi objeto de dois artigos longos por ele preparados, escritos com quatro meses a separar um do outro justificando as derrotas militares pela conjugação geografia e ardis. Foram publicados na primeira página, no ano de 97. O primeiro artigo saiu logo após o desastre da terceira expedição, sob o comando de Moreira César. Euclides chamou o movimento de “Nossa Vendéia”.

Suas opiniões, portanto, não eram diferentes do que prevalecia na mídia, nos salões, nos debates públicos. Considerava o movimento intolerável, uma ameaça à República. Imperativo esmagá-lo.

Com o segundo artigo e o aumento do drama localizado nos sertões da Bahia, Euclides foi enviado pelo jornal para acompanhar a quarta expedição e melhor relatar o que via. Embarcou em agosto. Chegou a Canudos dia 16 de setembro, pouco antes da morte de Antonio Conselheiro.

Durante a viagem redigiu o “Diário de uma Expedição” que iniciou logo a bordo. Lá estava o jovem engenheiro, comprometido com a modernização do país, com formação científica atualizada de acordo aos cânones positivistas da época, para enfrentar a “barbárie”. Canudos seria exemplo da “retroatividade atávica” que era necessário apagar do mapa brasileiro para que as portas do progresso pudessem ser abertas. Destruir Canudos seria destruir uma compreensão estreita de pátria, “na qual as lealdades iam para os chefes de ocasião, regiões, igrejas e grupos de poder locais”. Seriam os restos de uma sociedade que mais velha se tornava pelo atraso que exibia.

Este foi o Euclides que embarcou. Sequer chegou inteiro a Canudos.

Não é exagero comparar sua viagem a um ritual de iniciação, ou a uma saga de reformulação. Já em Salvador toma os primeiros choques. Inquieta-se. Interroga prisioneiros. Registra depoimentos. Entre eles um menino de 14 anos, de nome Agostinho, que lhe deixa forte impressão. Está no Diário do dia 19 de agosto.

Esquálido, mas esperto, olhos limpos e audazes, semblante sereno e resignado ante a desgraça de sua vida de órfão abandonado, relata os tipos e o cotidiano de Canudos, seus afazeres, crenças, costumes. O Conselheiro surge como um homem de paz, limpo, inimigo de vícios e praticante de muitas virtudes. Euclides vai se deparando com um outro Brasil desconhecido. Ao chegar em Canudos, viu pelo binóculo o seu fim brutal. Em seus destroços fumegantes, vagava o olhar vazio de seus poucos e pobres sobreviventes, gente esquelética, esfomeada, simples, suja, beata, mas forte em sua crença, decidida ante o existir bravio. Eram apenas quatro, entre eles um velho e uma criança. Cercando-os rugiam 5.000 soldados enfurecidos é como completa a descrição.

Não será exagero dizer que o Euclides autor deste final morbidamente irônico, entendeu as palavras do menino Agostinho. Havia algo de puro e autêntico em tudo aquilo. E este algo era o responsável pela identidade peculiar dos sertões, a profetizar, como um oráculo, seu destino de abandono e perdição.

A guerra fora travada contra um conjunto de patrícios miseráveis, mal armados, maltrapilhos, mulheres desengonçadas, velhos alquebrados, mas de vontade firme e convicções bem construídas em suas mentes toscas.

A realidade que lhe surgia estava em contraposição radical a tudo que sentira e exprimira nos artigos escritos e feitos de clichês aceitos pelo imaginário coletivo. Euclides a absorveu com sofrimento e muitas hesitações porque o susto desta verdade chocava-se com sua formação de intelectual adepto de Comte, do racismo e do progresso.

A falsidade não é um privilégio negativo dos desonestos e sim a forma como a média dos homens absorve as estórias que não existem, aceitando-as como evidências da realidade. Euclides passou pelo experimento do Caos interior ao ver os abalos que Canudos produzia em suas crenças. Presenciou o desfecho de ações cujo sentido era não ter sentido algum. A ignorância coletiva era a única responsável pelo massacre de inocentes cuja culpa era não ter culpa alguma. “Ainda não existe um Macaulay para o crime das nacionalidades” é a última frase dos Sertões. Euclides parece haver sentido ali, ante a desolação e a miséria, que sua missão seria revelar para um mundo indiferente a tragédia do real.

Podemos acompanhar o ânimo com o qual pegou do papel e da pena, trancou-se consigo mesmo na cabana de zinco de São José do Rio Pardo e começou a escrever “Os Sertões”. Estava tendo início a grande luta consigo mesmo. De um

lado o cientificismo, de outro a realidade social. Via as faces esqueléticas da miséria que o absurdo coletivo não deixava viver em paz sequer com ela mesma.

Não é difícil imaginar as dúvidas que o esmagaram. Eram as de um homem honesto. Que os mortos rezassem pelos vivos, perdendo sua hediondez. Aqueles pobres desgraçados, na pureza de sua fé, na busca de seu pobre paraíso, não podiam mesmo entender o horror que desabara sobre eles. A Euclides cumpria resgatar a verdade. Ao regressar, escrevera cerca de 20 artigos para o jornal. Frouxos, pouco. Cumpria escrever algo mais, escrever “Os Sertões”. Lutando com as dúvidas que começaram a surgir, não é inadequado imaginar que tivesse enfrentado o medo de não lhe ser possível dar ordem à confusão de si mesmo. Suas mãos podiam ser débeis demais para conciliar a ciência que defendia com a miséria de uma crueldade incompreensível. Sua mente ainda seguia o imperativo do racismo. Neste caso, sua voz poderia ser fraca demais para fazer chegar aos ouvidos dos homens os gritos do desespero e o som de todas as injustiças que o Brasil rico e urbano cometia contra o Brasil pobre e humilde. Euclides teria de enfrentar a antiga certeza de suas posições teóricas, a convicção dos tolos e a apatia de quem jamais viveu a dor de um paraíso perdido.

O determinismo de um lado o comodismo social de outro, não tinham ouvidos capazes de ouvir o silêncio dos inocentes. Ao fim prevaleceu a verdade. E por isto o livro veio a ser um achado para as almas indecisas. A vida real estava ali, na vida e na morte de todas as Severinas construídas pelo sertão, a tentar o próprio sonho mesmo sabendo não ter como sonhá-lo, a prosseguir na ânsia misteriosa de viver mesmo não sabendo por que, muito menos para que.

Euclides, em reclusão, debruçado sobre suas memórias, provavelmente duvidava de sua força como literato. Não tinha certeza de sua capacidade para lograr o que pretendia, desmontar a barreira da indiferença coletiva. No deserto da consciência urbana, no bulício da “rua símbolo” borbulhava um ódio sem sentido, sem causa e sem princípio que era imperativo denunciar. Não entendiam a presença da morte que morre em sofrimento e sem causa. Morte que ele vira morrer no estrondo das balas. Tudo o que os marcava era o mistério da insensibilidade social. Ignorava-se a verdade do sertão, a ingenuidade de sua crença a dureza de sua vida. Havia muito a fazer porque os livros anteriores não a revelaram. Não haviam sido escritos por quem vivera e testemunhara a tragédia da incompreensão.

Canudos e sua realidade, o Brasil e sua verdade. Verdade que se fechava a todos, indiferente como o silêncio desmaiado que envolve o ruído dos tolos. Escancarar suas portas, matar a indiferença era a tarefa de sua pena. O quadro visto pelo repórter astuto, o sociólogo competente, o escritor talentoso, o artista do Bem e o estudioso correto, foi o do verdadeiro Brasil. Seu brado “ o sertanejo é antes de

tudo um forte” é um grito de dor. É Euclides, negando-se a si mesmo, realizando a purgação intelectual pela rejeição do absurdo que sempre defendera, a existência de raças inferiores, a degeneração do mestiço. A ciência européia não lhe servia mais. O que aprendera teria de desaprender.

Ao transigir com as diferenças de classe e de destino, ao ser complacente ante o descalabro dos pobres dentro de uma construção social que seu poder havia erguido na história, os quadros dirigentes exibiam a estranha anarquia de uma identidade que se desfigurava e se perdia em suas imprecisões.

Combater esta ideologia do falso foi a grande importância dos Sertões. Ela só fez crescer com o tempo. Revelando o lado desonesto de nossa “alma coletiva” trazendo a elite de volta à realidade, dificultando o seu escape no rumo da alienação progressiva, ficou como um símbolo de nossa literatura sem dúvida.

Euclides morreu de repente, não mais que de repente. Morreu jovem e há cem anos, mas seu legado ficou. A alienação brasileira é o que sua obra retrata.

Parodiando Cassiano Ricardo podemos ver no destino dos “Sertões” uma “ tão longa vida para tão curta morte”. Alceu tem razão ao chamar Euclides de pré-moderno, no sentido de haver sido um antecipador da busca que os anos vinte vieram , finalmente, iniciar em torno da questão que se fez perene, a de nossa verdadeira identidade nacional. Como diz Tasso da Silveira, ela é “o eterno atravessando o efêmero”.